

PPR quer enxugar Constituição

BRASÍLIA — O PPR já decidiu por que vai lutar na revisão da Constituição: quer, principalmente, enxugar a Constituição e dar liberdade aos futuros governos de regulamentarem através de leis algumas questões polêmicas. O partido já está distribuindo às suas bases uma cartilha, elaborada pela Fundação Milton Campos, com todos as idéias do PPR para a revisão.

O deputado Francisco Dornelles (RJ) entende que o caso dos monopólios precisa ser revisto:

— Temos que tirar esse assunto da Constituição. Isso é lei. Eu, por exemplo, não quero que haja na Constituição algo que obrigue a existência de monopólios de petróleo, gás canalizado e telecomunicações. E também não quero algo que proíba. A regulamentação deverá ser sempre feita pelo governo que assumir.

Na opinião do senador Esperidião Amin (SC), as prioridades do partido serão justamente os trabalhos na ordem econômica,

incluindo ajuste fiscal e previdência social. Diz que o partido deverá receber pelo menos uma das relatorias nessas áreas.

Para o deputado Fetter Júnior (RS), presidente da Fundação Milton Campos e coordenador dos trabalhos da revisão, o partido deverá se concentrar na parte de tributação e orçamento, ordem econômica e financeira e previdência social:

O partido será contrário à retirada de receitas dos estados e municípios. Dornelles acha que também seria bom se fosse possível se reduzir a cobrança de impostos. Uma das suas idéias é a proposta de fusão do imposto territorial rural com o IPTU, simplificando sua cobrança. Nessa área de tributações, ele vai encaminhar uma proposição estabelecendo que todo aumento de imposto para o exercício seguinte terá que ser remetido para o Congresso junto com o orçamento até o dia 31 de agosto.

Uma a menos

Os presidentes da Câmara e do Senado chegaram a acordo para a instalação dos trabalhos de revisão constitucional. O presidente do Senado deve presidir as sessões — o que parece mais natural.

Em compensação, o senador Humberto Lucena concorda que a votação das matérias ocorra em regime unicameral, somando-se os votos dos senadores aos dos deputados.

Tudo isso merece um suspiro de alívio. Seria imperdoável que divergências menores perturbassem a instalação de um processo que já enfrenta obstáculos demais.

Partido apresenta um novo regimento

BRASÍLIA — O PPR apresentará hoje sua proposta de regimento interno para a revisão constitucional. O partido espera conseguir fazer com que ele seja adotado no lugar do apresentado pelo deputado Nélson Jobim (PMDB-RS). Para o deputado Fetter Júnior (PPR-RS), que coordenou esse trabalho, o regimento do PPR é mais ágil e mais simples do que o de Jobim.

Uma diferença básica entre os regimentos está na questão da relatoria. Enquanto o regimento de Jobim fala de um relator principal, que concentra os trabalhos, o de Fetter prevê cinco relatores para os temas: princípios, direitos e instituições democráticas; organização do estado; ordem econômica e financeira; seguridade social; e ordem social.